

## ACELERAR PARIS PARA TRAVAR AS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS;DESCARBONIZAÇÃO;COOPERAÇÃO;ACORDO DE PARIS;2030;2050

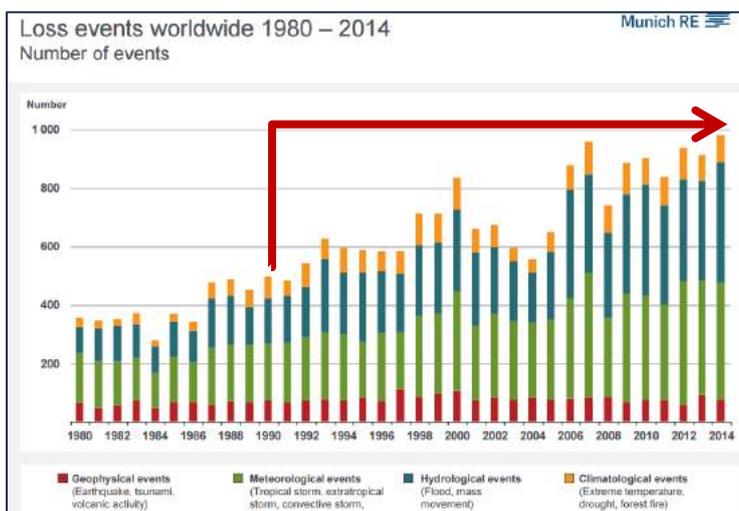
A pressão para os 195 países que adotaram, em dezembro de 2015 (e os 175 que assinaram em abril passado, em Nova Iorque), o Acordo de Paris – que fixa o limite de 1,5°C de aumento da temperatura média global em 2030 – aumenta à medida que se vão conhecendo dados sobre as efectivas alterações climáticas – em 2015 atingiu-se um aumento líquido de 1°C desde os níveis pré-industriais (1850-1900) – e os riscos de, sem esforços adicionais, ser expectável um aumento adicional de 0,5°C até 2030. Refira-se que, em 2012, o IPCC verificava um aumento de 0,85°C desde os níveis pré-industriais.



Com o depósito de ratificação da Índia, a 2 de outubro, já **62 países depositaram o instrumento de ratificação, representando 51,89% das emissões globais**. Dado que o Conselho da União Europeia decidiu, a 30 de Setembro, a aprovação da ratificação, estará para breve a entrada em vigor do Acordo (que obriga à ratificação de um mínimo de 55 partes que respondam por 55% das emissões estimadas).

O calendário decidido pela Convenção das Partes prevê que as 162 intenções submetidas no ano passado, representando 189 países, **sejam revistas em 2018, tendo convidado o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) a preparar um relatório técnico especial sobre o estado de arte e as prioridades críticas para alcançar o objectivo de Paris**.

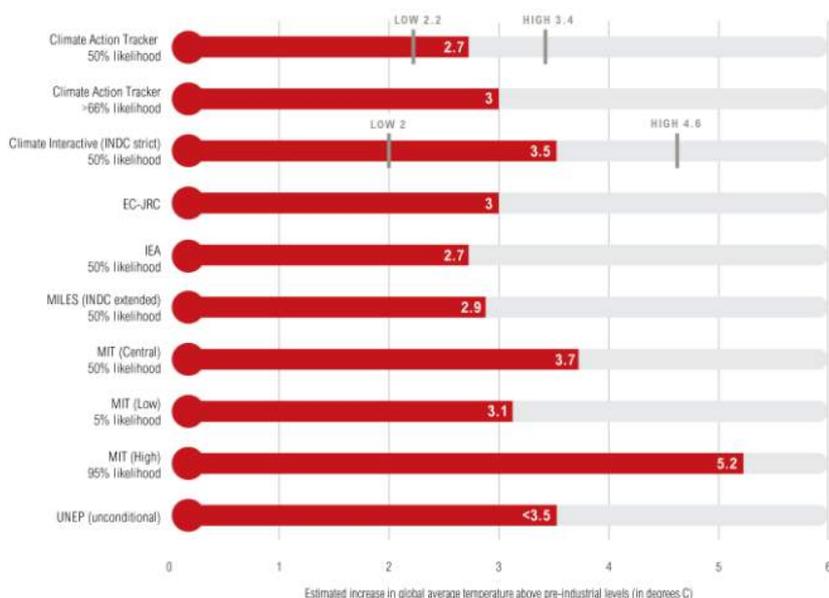
A urgência em acelerar Paris para travar um aquecimento global acima de 2°C resulta das perdas colectivas. Desde 1990 os eventos associados às alterações climáticas duplicaram (ver gráfico). A continuação, ou mesmo, intensificação deste ritmo será avassaladora para os recursos hídricos, produção de bens alimentares, saúde pública e infraestruturas.



## INDC: CONDIÇÃO NECESSÁRIA MAS NÃO SUFICIENTE

Ao longo dos últimos meses têm sido realizados vários estudos para avaliar o impacto global das contribuições nacionais para a mitigação das alterações climáticas anunciadas antes da COP-21. Esses estudos utilizam diferentes metodologias – uns incidem sobre todas as *Intended Nationally Determined Contributions* (INDC), estejam ou não condicionadas a determinada evolução; outros assumem apenas as intenções incondicionais apresentadas pelas Partes, mas comungam na ideia de um efetivo reforço do compromisso de combate às alterações climáticas, na certeza que **essas mesmas intenções são insuficientes para uma trajetória que alcance os 2.°C em 2050 (1,5°C em 2030)**.

### ESTUDOS E O AUMENTO DA TEMPERATURA GLOBAL ACIMA DOS 2.°C



Fonte: [World Resources Institute \(2015\)](#)

De acordo com o “Emissions Gap Report 2015”, as emissões globais terão de baixar 22%, para as 42 GtCO<sub>2</sub> em 2030 para que se mantenha a trajetória de 2.°C. Mas, caso a apenas venham a ser implementadas medidas tidas como incondicionais, as emissões globais deverão mesmo aumentar de 52 para 56 GtCO<sub>2</sub>, ou seja, mais 6% e ampliando o gap relativamente ao limite desejado para o aquecimento nas 14 GtCo<sub>2</sub>, ou seja, um terço acima.

CENÁRIOS PARA A EVOLUÇÃO DAS EMISSÕES GLOBAIS (MÉDIA) EM 2025 E 2030

VALORES EM GtCO<sub>2</sub>

em 2025					
Cenário	Emissões globais	Redução face ano referência	Redução face atual política	Redução necessária para limite 2.ºC	
Referência	51	nd	nd	13	
Atual política	57	4	nd	9	
INDC incondicionais	54	7	3	7	
INDC condicionais (a)	53	8	4	5	
trajetória 2.ºC	48	13	9	0	
em 2030					
Cenário	Emissões globais	Redução face ano referência	Redução face atual política	Redução necessária para limite 2.ºC	
Referência	65	nd	nd	23	
Atual política	60	5	nd	18	
INDC incondicionais	56	9	4	14	
INDC condicionais (a)	54	11	6	12	
trajetória 2.ºC	42	23	18	0	

## A CENTRALIDADE DA ENERGIA E A ECONOMIA DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A verdade é que mais de 82% da energia mundial produzida em 2015 continua a depender de fontes primárias fósseis – 31,3% do petróleo, 28,6% do carvão e 21,2% do gás natural, mas o reforço do peso das energias renováveis na geração de electricidade é um *driver* para enfrentar as alterações climáticas, num mundo que terá mais 40% de pessoas em 2050, o que duplicará a procura por energia e pressionará a procura por alimentos ou água. De acordo com as *Key Energy Statistics 2016*, cerca de um terço da geração de electricidade em 2014 teve origem em fontes renováveis – 16,4% hidroelectricidade, 6,2 outras renováveis e 10,6% nuclear.

Além da penetração das energias renováveis, o aumento da eficiência energética, a penetração de biocombustíveis e sistemas locais de energia renovável nos edifícios são medidas fulcrais que surgem na maioria das INDC. A questão é que mais de metade apenas se centram apenas em medidas para o sector energético – ainda que ambiciosas, como a meta de 100% de electricidade com fonte em renováveis.

Contudo, as medidas para reduzir as emissões têm de abranger todos os sectores de atividade, não se podendo confinar meramente à geração de electricidade, sem prejuízo da centralidade estratégica que esta assume.

As conclusões dos vários estudos já realizados comungam na necessidade de esforços adicionais, recorrendo a tecnologias que reduzam as emissões de CO<sub>2</sub> e o removam da atmosfera, dado que

65% das emissões globais, ou seja, 35 Gt, são CO<sub>2</sub>. Trata-se de um desafio premente, dado que esta tecnologia (CCS – Captura, sequestração e armazenamento de carbono) - **malgrado 12 centrais existentes no mundo que captam menos de 0,1% do CO<sub>2</sub>** - permanece com custos elevados, sendo necessário testar a eficácia a larga escala e riscos potenciais de fugas de CO<sub>2</sub> para a água, solo ou mesmo atmosfera, além da competição por recursos naturais sempre subjacente e com riscos de criar uma tempestade perfeita. Afinal, num mundo com 9 ou 10 mil milhões de pessoas, como assegurar alimentação, água e energia sem penalizar o bem-estar das gerações futuras?

A poucos dias de se completarem **10 anos do Relatório Stern (2006)**, permanecem as necessidades:

uma visão de longo prazo partilhada e edificar um regime internacional que ajude cada país a desempenhar o seu papel na narrativa de objectivos colectivos comuns. Um sistema internacional que, afinal, deverá ter componentes básicas:

- **Comércio de emissões** – Ampliar e conectar um crescente número de esquemas de comércio de emissões, no sentido de melhorar a **relação custo-eficácia das emissões, gerando fluxos financeiros elevados passíveis de financiar mecanismos de descarbonização** nos países em desenvolvimento
- **Cooperação tecnológica** – indispensável face às necessidades de **financiamento** para I&D (duplicação) e novas tecnologias de baixo carbono (quíntuplo)
- **Estancar a deflorestação**: as perdas anuais verificadas nas florestas penalizam mais as emissões globais do que o sector dos transportes, que é um dos principais emissores;
- **Adaptação**: é crucial **integrar as alterações climáticas nas políticas de desenvolvimento**, sobretudo porque os países mais pobres são os mais vulneráveis às alterações climáticas.